

Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente
nº 243QS-070-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Administradores e acionistas da
Juno Participações e Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Juno Participações e Investimentos S.A.** (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Juno Participações e Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ – 081.409/O-3

Juno Participações e Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais em
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	7.201	13.357
Dividendos a receber	4	4.008	-
Outros créditos		546	293
Total do ativo circulante		11.755	13.650
Não circulante			
Investimentos controlados em conjunto	4	36.474	35.093
Total do ativo não circulante		36.474	35.093
Total do ativo		48.229	48.743
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Obrigações fiscais		174	27
Dividendos a pagar	5	14.664	18.563
Total do passivo circulante		14.838	18.590
Patrimônio líquido			
Capital social	6.a	92	92
Reserva de lucros		33.298	30.060
Adiantamento para futuro aumento de capital		1	1
Total do patrimônio líquido		33.391	30.153
Total do passivo e patrimônio líquido		48.229	48.743

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas gerais e administrativas		(142)	(322)
Resultado de equivalência patrimonial	4	43.363	39.762
Lucro operacional		43.221	39.440
Receita financeiras		1.422	707
Despesas financeiras		(25)	(16)
Resultado financeiro líquido		1.397	691
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		44.618	40.131
Imposto de renda e contribuição social	8	(244)	(70)
Lucro líquido do exercício		44.374	40.061
Lucro por ação – em reais	6	482,33	435,45

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	44.374	40.061
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>44.374</u>	<u>40.061</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros					Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		67	13	26.437	-	22	26.537	
Aumento de capital	6.a	25	-	-	-	(25)	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	4	4	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.061	-	40.061	
Destinações:								
Constituição de reserva legal	6.c	-	5	-	(5)	-	-	
Dividendos		-	-	-	(10.014)	-	(10.014)	
Constituição de reserva de retenção de lucros	5/6.d	-	-	30.042	(30.042)	-	-	
Dividendos adicionais propostos	5/6.d	-	-	(26.437)	-	-	(26.437)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		92	18	30.042	-	1	30.153	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	44.374	-	44.374	
Destinações:								
Dividendos	5/6.d	-	-	-	(11.094)	-	(11.094)	
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	33.280	(33.280)	-	-	
Dividendos adicionais propostos	5/6.d	-	-	(30.042)	-	-	(30.042)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		92	18	33.280	-	1	33.391	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	44.374	40.061
Equivalência patrimonial	(43.363)	(39.762)
Diminuição (aumento) nos ativos		
Impostos a recuperar	(253)	(92)
Aumento (diminuição) nos passivos		
Obrigações fiscais	147	27
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	905	234
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos	37.974	35.415
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<hr/>	<hr/>
	37.974	35.415
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(45.035)	(25.896)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<hr/>	<hr/>
	(45.035)	(25.892)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<hr/>	<hr/>
	(6.156)	9.757
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	13.357	3.600
No fim do exercício	7.201	13.357
	<hr/>	<hr/>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<hr/>	<hr/>
	(6.156)	9.757

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Juno Participações e Investimentos S.A. (“Juno” ou “Companhia”) foi constituída em 30 de janeiro de 2013 com a denominação Juno Participações e Investimentos S.A., sob a forma de uma sociedade anônima fechada, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades e prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral. A sede da Companhia fica localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, cj. 1402, na Cidade de São Paulo/SP.

A Companhia possui participação nas sociedades Tijoá, descritas abaixo.

a) Tijoá:

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá”) tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Três Irmãos é a maior usina construída no Rio Tietê e está localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, no estado de São Paulo, a 28 km da confluência com o Rio Paraná. Possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

Sua barragem tem 3.640 m de comprimento e seu reservatório mede 785 km² e possui duas eclusas para navegação.

O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP – Cia Energética de São Paulo, então concessionário da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada.

Assim a UHE Três Irmãos foi a primeira a ser leiloada nos termos da Lei nº 12.783/13. O leilão ocorreu em 28 de março de 2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), com 49,9%, e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (“FIP Constantinopla”), com 50,1%.

Em 10 de setembro de 2014 a Tijoá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina.

Em agosto de 2014, a Juno concluiu a aquisição de 100% das quotas do FIP Constantinopla e, portanto, passou a deter a participação indireta de 50,1% na Tijoá. Com a extinção do FIP Constantinopla em julho de 2016, a Companhia passou a ter participação direta no negócio.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Adicionalmente, em 22 de outubro de 2014 foi firmado com o DNIT o Contrato de Operação e Manutenção das Eclusas e de Operação do Canal de Pereira Barreto, para permitir continuidade da navegabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná.

b) Arbitragem – Juno e Furnas

Em 1º de agosto de 2019 a Triunfo, controladora da Juno, celebrou contrato de compra e venda de ações (“1º Contrato de Compra e Venda”) com uma afiliada do BlackRock Global Energy & Power Infrastructure Funds (“Fundo”), cujo objeto era a alienação de 100% da participação da Companhia, direta e indireta, nas controladas Juno, Tijoá e CSE.

Em 03 de agosto de 2020, em substituição ao 1º Contrato de Compra e Venda, a Triunfo celebrou um novo contrato de compra e venda de ações com outra afiliada do Fundo, com o mesmo objeto do anterior (“2º Contrato de Compra e Venda”). O valor da transação permaneceu o mesmo, isto é, R\$169,5 milhões, sujeitos a ajustes usuais deste tipo de operação, e a conclusão da alienação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições.

Em 04 de janeiro de 2021 a Triunfo informou ao mercado a rescisão do referido contrato, tendo em vista que o prazo de conclusão da transação previsto no 2º Contrato de Compra e Venda foi alcançado sem que todas as condições de fechamento tivessem sido cumpridas.

Em 26 de maio de 2021 a subsidiária Juno, controlada da Triunfo e detentora das participações em Tijoá e CSE, recebeu notificação acerca de requerimento de arbitragem apresentado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), em face da Juno, no qual, com base em alegado direito de preferência, pretende forçar a compra da participação da Juno. Em 31 de dezembro de 2023, a participação da Tijoá está mantida no investimento em função da intenção da administração da Companhia em manter a sua participação societária.

2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis em 28 de março de 2024.

2.2. Julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis

A Juno é acionista da empresa Tijoá, com 50,1% de participação acionária, com base no valor de participação da Companhia, e ainda conforme CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2) / IFRS 11 - Negócios em Conjunto, a Administração concluiu que sua participação acionária não lhe assegura o poder de direcionar as atividades da entidade, uma vez que o acordo de acionistas concede à todas as partes o controle do negócio coletivamente, e decisões relevantes exigem o consentimento unânime ou de um grupo de partes, que coletivamente controlam o negócio.

Consequentemente, as investidas não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem como controladas em conjunto.

As controladas em conjunto da Companhia estão apresentadas a seguir:

Companhias	Participação (%)	
	2023	2022
	Direta	Direta
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	50,1%	50,1%

2.3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

2.4. Políticas contábeis e estimativas materiais da Companhia

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Investimentos controlados em conjunto

Os investimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, inicialmente reconhecido pelo seu custo de aquisição e posteriormente aumentado e diminuído pelo reconhecimento da participação nos lucros e prejuízos do período gerados pela investida, bem como reduções recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento.

Provisões para riscos

As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável. As demandas com prognóstico de perda possível são divulgadas em notas explicativas.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

2.5. Novas normas contábeis

2.5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

- a) **Alteração na norma IAS 8/CPC 23:** altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) **Alteração na norma IAS 12/CPC 32:** traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) **Alteração na norma IFRS 17/CPC 50:** inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) **Alteração na norma IAS 1/CPC 26:**

Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas Demonstrações contábeis.

e) Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

2.5.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que foram emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2023, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber:

a) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06: trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:

Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

c) **Alteração nas normas CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação.**

Inclusão os itens 44F e 44H na norma CPC 03, e nos itens B11F da norma CPC 40, que estabelecem a divulgação de informações relacionadas a acordo de financiamento de fornecedores, também chamados de acordos "forfait", "confirming" ou "risco sacado". Aplicação requerida a partir de 1º de janeiro de 2024.

d) **alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):**

Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras	7.201	13.357
	<u>7.201</u>	<u>13.357</u>

Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Santander com liquidez diária, sendo remunerada a taxa do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). No ano de 2023 a aplicação financeira apresentou rentabilidade média de 97% do CDI.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

4. Investimentos controlados em conjunto

a) Investimentos permanente (controladas em conjunto)

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Método de equivalência patrimonial	Outras (i)	Investimento em 31/12/2023
Tijóá	59.925	50,1%	30.022	6.452	36.474
Total Investimentos	59.925		30.022	6.452	36.474

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Método de equivalência patrimonial	Outras (i)	Investimento em 31/12/2022
Tijóá	57.167	50,1%	28.641	6.452	35.093
Total Investimentos	57.167		28.641	6.452	35.093

- (i) Ágio na aquisição do FIP Constantinopla, detentor original do controle intermediário da controlada em conjunto Tijóá. Realizamos análise de recuperabilidade para o saldo de investimento em 31 de dezembro de 2023 e não identificamos perda em seu valor recuperável.

b) Movimentação dos investimentos controlados em conjunto

Investimento	Investimentos em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Recebidos	Dividendos a receber	Investimentos em 31/12/2023
Tijóá	35.093	43.363	(37.974)	(4.008)	36.474
Total Investimentos	35.093	43.363	(37.974)	(4.008)	36.474

Investimento	Investimentos em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Outros (i)	Investimentos em 31/12/2022
Tijóá	30.626	39.883	(35.415)	(1)	35.093
CSE (Extinta)	321	(121)	-	(200)	-
Total Investimentos	30.947	39.762	(35.415)	(201)	35.093

- (i) Transferência de impostos a restituir da controlada em conjunto CSE para a Companhia, em decorrência de sua extinção.

c) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2023 e 2022

31 de dezembro de 2023						
Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Tijóá	49.209	94.889	42.766	41.407	59.925	86.552

31 de dezembro de 2022						
Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Tijóá	43.638	97.299	34.175	49.595	57.167	79.606

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

5. Dividendos a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	18.563	8.008
Dividendos adicionais ano anterior	30.042	26.437
(-) Dividendos pagos	(45.035)	(25.896)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	11.094	10.014
	<u>14.664</u>	<u>18.563</u>

Foram distribuídos em 2023 R\$45.035 (R\$ 25.896 em 2022) em dividendos para a controladora. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de dividendos a pagar corresponde à R\$ 14.664 (R\$ 18.563 em 31 de dezembro de 2022).

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, o capital social subscrito está composto por ações, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, ficando assim distribuída entre as acionistas:

	<u>31/12/2023</u>		
	<u>Subscritas</u>	<u>Integralizadas</u>	<u>%</u>
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	92	92	100,00
Total	<u>92</u>	<u>92</u>	<u>100,00</u>

	<u>31/12/2022</u>		
	<u>Subscritas</u>	<u>Integralizadas</u>	<u>%</u>
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	92	92	100,00
Total	<u>92</u>	<u>92</u>	<u>100,00</u>

Em 2022, foi realizado aumento de capital com AFAC no montante de R\$ 25.

b) Lucro por ação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações	44.374	40.061
Denominador		
Média ponderada de ações	<u>92</u>	<u>92</u>
Resultado por ação – básico	482,33	435,45

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, registrado em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$11.094 (2022 – R\$ 10.014). A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso é mantido no patrimônio líquido até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Na Assembleia Geral dos Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2023 foi deliberada a distribuição de R\$ 30.042 (2022 – R\$ 26.437), como dividendo adicional proposto.

7. Provisão para riscos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 item “c”, a Companhia é polo passivo em processo cível em tribunal arbitral, no qual a requerente pretende forçar a compra da participação de Juno nos investimentos de Tijoá. A chance de perda foi classificada pelo nosso assessor jurídico como possível. O montante envolvido no processo corresponde à R\$ 244.434.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social - resultado

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	44.618	40.131
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	(15.170)	(13.644)
Adições e exclusões permanentes	55	25
Resultado de equivalência patrimonial	14.743	13.519
Prejuízo fiscal e base negativa	128	30
	(244)	(70)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	(244)	(70)
Alíquota efetiva (i)	0,1%	0,2%

(i) A alíquota efetiva em 2023 e 2022 está distorcida, principalmente, pelos efeitos do resultado de equivalência patrimonial e pela não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal em razão de incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

9. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos e mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos das atividades de seus negócios.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da companhia é quase nulo porque a companhia não possui financiamentos e as aplicações financeiras são mantidas em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

c) Risco de crédito

A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

Juno Participações e Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

10. Eventos subsequentes

Em 11 de janeiro de 2024, os acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras reunidos em AGE, aprovaram, por maioria, a incorporação da subsidiária integral Furnas - Centrais Elétricas S.A. (acionista da Companhia). A incorporação ocorrerá na data a ser definida pelo Conselho de Administração da Eletrobras, após a verificação das condições suspensivas.

Diretoria

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente

Roberto Solheid da Costa de Carvalho

Diretor Administrativo Financeiro

Contador

Daniel Fernandes

CRC SP 240382/O-6

Juno Participações e Investimentos S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da Juno Participações e Investimentos S.A. (“Juno” ou “Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Apresentação

A Juno é uma empresa que atua no segmento de participações da companhia, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infraestrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no mesmo setor.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Auditoria Independente

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, que não prestou, durante o exercício social, outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores. A contratação do serviço de auditoria teve início em 01/01/2023, com término em 31/12/2023. O valor pago por este contrato no exercício de 2023 foi de R\$ 30.000,00. As demonstrações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Agradecimentos

Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes da operação de ativos de infraestrutura, estamos confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos.

São Paulo, 31 de março de 2024.